

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 193 – 05/04 à 09/04/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Nota Técnica da SIT aponta que medidas relacionadas à Covid-19 não fazem parte do PCMSO](#)

Revista Proteção - 09/04/2021

No final de março, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho publicou a [Nota Técnica SEI nº 14127/2021/ME](#) com orientações sobre a elaboração de documentos e adoção de medidas de SST, frente ao risco de contaminação pelo novo coronavírus no ambiente laboral. Voltada principalmente aos auditores fiscais do Trabalho, ela tem como intuito harmonizar o entendimento acerca das exigências da [Portaria Conjunta SEPRT/MS nº 20/2020](#).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Entidades de trabalhadores pedem liminar que determine lockdown nacional](#)

Supremo Tribunal Federal - 08/04/2021

Dezoito entidades representativas de trabalhadores ajuizaram Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 822) no Supremo Tribunal Federal (STF) em que apontam a violação do direito social à saúde e do direito fundamental à vida, em razão da condução do país no enfrentamento à pandemia da Covid-19. As entidades pedem que o Supremo reconheça o “estado de coisas inconstitucional” na condução das políticas públicas de saúde nacional, assim como o fez em relação ao sistema penitenciário na ADPF 347, e que determine liminarmente ações como o lockdown nacional, toque de recolher e fechamento de aeroportos.

[Construtora é responsabilizada por morte de piloto em acidente aéreo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 07/04/2021

A Turma fundamentou sua decisão no disposto nos artigos 256, parágrafo 2º, alínea “a”, e 257 do Código Brasileiro de Aeronáutica de 1986, que tem como origem a Convenção de Varsóvia, firmada em 1929, que foi promulgada no Brasil pelo Decreto 20.704/1931, que “estabeleceu o denominado ‘sistema varsoviano’, que, entre outras disposições, previu a responsabilidade objetiva nas relações inerentes à aviação”, alcançando todos os trabalhadores que atuam na atividade, sem restrições das vítimas de infortúnio, garantindo o direito dos herdeiros a serem indenizados.

[Empregado pode acumular salário com indenização por dano material](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/04/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu a um operador de produção da Basf Poliuretanos Ltda., de Santo André-SP, o direito de acumular salário com inde-

nização por dano material. Segundo o colegiado, receber salário não afasta o direito do empregado à pensão deferida, uma vez que um se relaciona com a execução dos serviços e o outro compensa a redução da capacidade do empregado afetada pelas condições de trabalho.

[Bancário não tem de apresentar memória de cálculo para ajuizamento de ação trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/04/2021

O relator do recurso de revista do bancário, ministro José Roberto Pimenta, observou que a Reforma Trabalhista incluiu no dispositivo da CLT a exigência de que o pedido formulado na reclamação trabalhista seja “certo, determinado e com indicação do valor”. Segundo o ministro, o pedido certo é o que não é realizado de forma implícita, em caráter vago ou genérico (por exemplo, o pagamento de horas extras não adimplidas no curso do contrato). Por outro lado, o pedido determinado é aquele realizado de modo preciso - seguindo o mesmo exemplo, o pagamento da sétima e da oitava horas durante um período definido. Por fim, é obrigação da parte apontar o valor que pretende receber em razão de cada pedido certo e determinado que formular. Esse é, de acordo com o relator, o entendimento contido na Instrução Normativa 41/2018 do TST, que dispõe que o valor da causa será estimado.

[Em conjunto: campanha da Justiça do Trabalho promove valorização da saúde mental no trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/04/2021

Com o objetivo de estimular a [construção de um trabalho seguro e decente em tempos de crise](#), o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da Justiça do Trabalho promoverá, durante o mês de abril, a campanha “Em conjunto - A construção do trabalho seguro depende de todos nós”.

[Supermercado deve indenizar comerciário por revista abusiva em seu armário pessoal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/04/2021

Na ação trabalhista, o comerciário, cuja última função foi de operador de perecíveis, afirmou que todos os dias, ao término do expediente, era pessoalmente revistado por um fiscal de prevenção de perdas do supermercado, que inspecionava seus pertences dentro da bolsa, “na frente da loja, perante os demais funcionários e clientes”. Segundo ele, a empresa “punha em dúvida sua honestidade” e a dos demais empregados ao também revistar, indistintamente, seus armários, sem prévia autorização, com a intenção de localizar mercadorias da loja possivelmente desviadas.



Notícias do Executivo

[Ministério da Economia moderniza Sistema Nacional de Emprego](#)

Ministério da Economia - 09/04/2021

A Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) acaba de dar mais um passo para tornar mais eficiente o atendimento aos trabalhadores no Sistema Nacional de Emprego (Sine). A nova ferramenta – que está disponível a partir desta sexta-feira (9/4) – foi implementada para aprimorar não só o atendimento no balcão, mas também agilizar o processo de redirecionamento do trabalhador às vagas ofertadas.

[Ministro da Economia reforça que vacinação garantirá rápida recuperação da atividade em 2021](#)

Ministério da Economia - 09/04/2021

Os protocolos construídos ao longo do ano passado estão sendo decisivos no atual momento, permitindo ao país enfrentar o fortalecimento da pandemia neste começo de 2021. Dessa forma, explicou Guedes, programas bem-sucedidos lançados em 2020 estão prestes a retornar, como o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Ele destacou que essas duas linhas de ação têm eficácia socioeconômica comprovada, com despesas relativamente baixas para o governo.

[Publicada nova versão da Coletânea de Normas](#)

Ministério da Economia - 08/04/2021

A Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar (SURPC) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho disponibiliza a [nova versão da Coletânea de Normas dos Fundos de Pensão da Previdência Complementar](#). A coleção de documentos contempla

todo o arcabouço normativo de previdência complementar, como leis, decretos, resoluções, instruções e portarias, atualizada até dezembro de 2020.

[Prazo da Rais 2020 é prorrogado e informações devem ser entregues até 30 de abril](#)

Ministério da Economia - 07/04/2021

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho prorrogou o prazo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ano-base 2020. A medida visa garantir o envio das informações pelas empresas diante das dificuldades impostas pela pandemia. A nova data é de 30 de abril. As empresas devem enviar informações trabalhistas referentes ao ano de 2020, bem como eventuais correções de anos anteriores. Os programas GDRAIS e GDRAIS GENÉRICO, bem como o Manual de Orientação da RAIS estão disponíveis em <http://www.rais.gov.br/>.

[Conselho Administrativo de Recursos Fiscais lança nova ferramenta de busca de acórdãos](#)

Ministério da Economia - 06/04/2021

A partir desta terça-feira (6/4), já está disponível na [página oficial](#) do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), uma nova ferramenta para pesquisa de Acórdãos e Resoluções, denominada VER. Além de muito mais ágil, ela possibilita a busca por palavras, número de processo, turmas, câmaras, seção, matéria, entre outros.

[Receita atualiza regras de parcelamento para empresas em recuperação judicial](#)

Ministério da Economia - 05/04/2021

O prazo de parcelamento de débitos tributários para empresário ou sociedade em situação de falência foi aumentado de 84 para 120 meses, por determinação da [Lei nº 14.112/2020](#), que atualiza a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência. A norma também reduziu o valor inicial das prestações mediante alterações na sistemática de cálculo, e instituiu nova modalidade de parcelamento, que possibilita a inclusão de tributos passíveis de retenção na fonte e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) retido e não recolhido ao Tesouro Nacional.

[Diretrizes para diagnóstico de mesotelioma serão lançadas em 13 de abril](#)

Fundacentro - 08/04/2021

A Fundacentro, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) realizam o webinar Lançamento das Diretrizes Brasileiras para Diagnósticos do Mesotelioma Maligno de Pleura no dia 13 de abril, às 9h, no canal do Inca no YouTube. O documento busca subsidiar profissionais com ferramentas para sistematizar e padroni-

zar os procedimentos diagnósticos de mesotelioma, tumor que pode ser causado pelo amianto e leva à morte. Cerca de 30 especialistas, de diversas instituições, participaram da elaboração das Diretrizes, que ajudarão a reduzir o subdiagnóstico desse tipo de câncer no Brasil e a fortalecer as estratégias de vigilância dessa neoplasia no país. O médico pneumologista e pesquisador da Fundacentro Eduardo Algranti é um desses profissionais e também participa como palestrante no evento.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT-RS apresenta, em audiência coletiva com federações, recomendação para empresas organizarem dados referentes a trabalhadores com comorbidades](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/04/2021

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) realizou na tarde da quinta-feira (08/04) uma audiência coletiva por videoconferência com a presença de três dezenas de entidades federativas e empresas para discutir uma recomendação recente emitida pelo órgão para que empresas estabeleçam fluxo de encaminhamento de informações às Secretarias Municipais de Saúde referentes a trabalhadores com comorbidades definidas no Plano de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19. A recomendação foi emitida pela Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat) do MPT-RS. O contato entre as empresas e as secretarias pode contribuir para uma melhor organização das necessidades como número de doses, insumos e recursos humanos, bem como acelerar o andamento do plano de vacinação.

[MPT divulga nota pública em defesa de ambientes de trabalho mais seguros para trabalhadoras e trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 07/04/2021

O texto expressa a estreita relação entre condições adequadas de vida e trabalho e a saúde da sociedade, ainda mais durante o período de crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19. A nota ainda relembra o Dia Mundial da Saúde e a criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), que aconteceram no dia 7 de abril.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Novo Caged: mudanças na coleta de dados levam à interpretação equivocada de aumento nos empregos formais](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 05/04/2021

A criação de 401.639 vagas de empregos com carteira assinada em fevereiro, segundo dados do Novo Caged, foi anunciada pelo governo e divulgada por parte da mídia como se fossem recordes. Na verdade, o que houve foi a mudança na metodologia de coleta de dados, o que levou ao equívoco. Desde janeiro de 2020, o Novo Caged passou a usar dados de três sistemas: do antigo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados -Caged, do eSocial e do Empregador Web (onde se registram os pedidos de seguro-desemprego). Com isso, foi incluído mais gente no novo sistema, como trabalhadores temporários, entre outros sem vínculo formal, que não eram contabilizados antes.

Outras Notícias

[Aviso prévio trabalhado de terceirizados não pode superar 30 dias](#)

Consultor Jurídico - 11/04/2021

Com o entendimento de que o aviso-prévio proporcional regulamentado pela Lei nº 12.506/2011 constitui direito exclusivo do empregado dispensado imotivadamente, a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Algar Tecnologia e Consultoria S.A., do Rio de Janeiro (RJ), ao pagamento do período em que os empregados trabalharam durante o aviso prévio que supere os 30 dias.

[Banco deve indenizar gerente vítima de homofobia no trabalho](#)

Consultor Jurídico - 10/04/2021

Por constatar nexos causais entre a doença psiquiátrica e as condições do ambiente de trabalho, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região condenou um banco a indenizar um gerente dispensado que foi alvo de homofobia no trabalho e passou a sofrer de ansiedade e depressão. A corte também reconheceu seu direito de estabilidade provisória no emprego por um ano.

[Desembargadora sugere indenização suplementar por insuficiência de juros](#)

Consultor Jurídico - 10/04/2021

Em despacho, a desembargadora Ivete Ribeiro, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, intimou as partes de uma reclamação trabalhista a se manifestarem sobre a possível aplicação de indenização suplementar pela insuficiência dos juros.

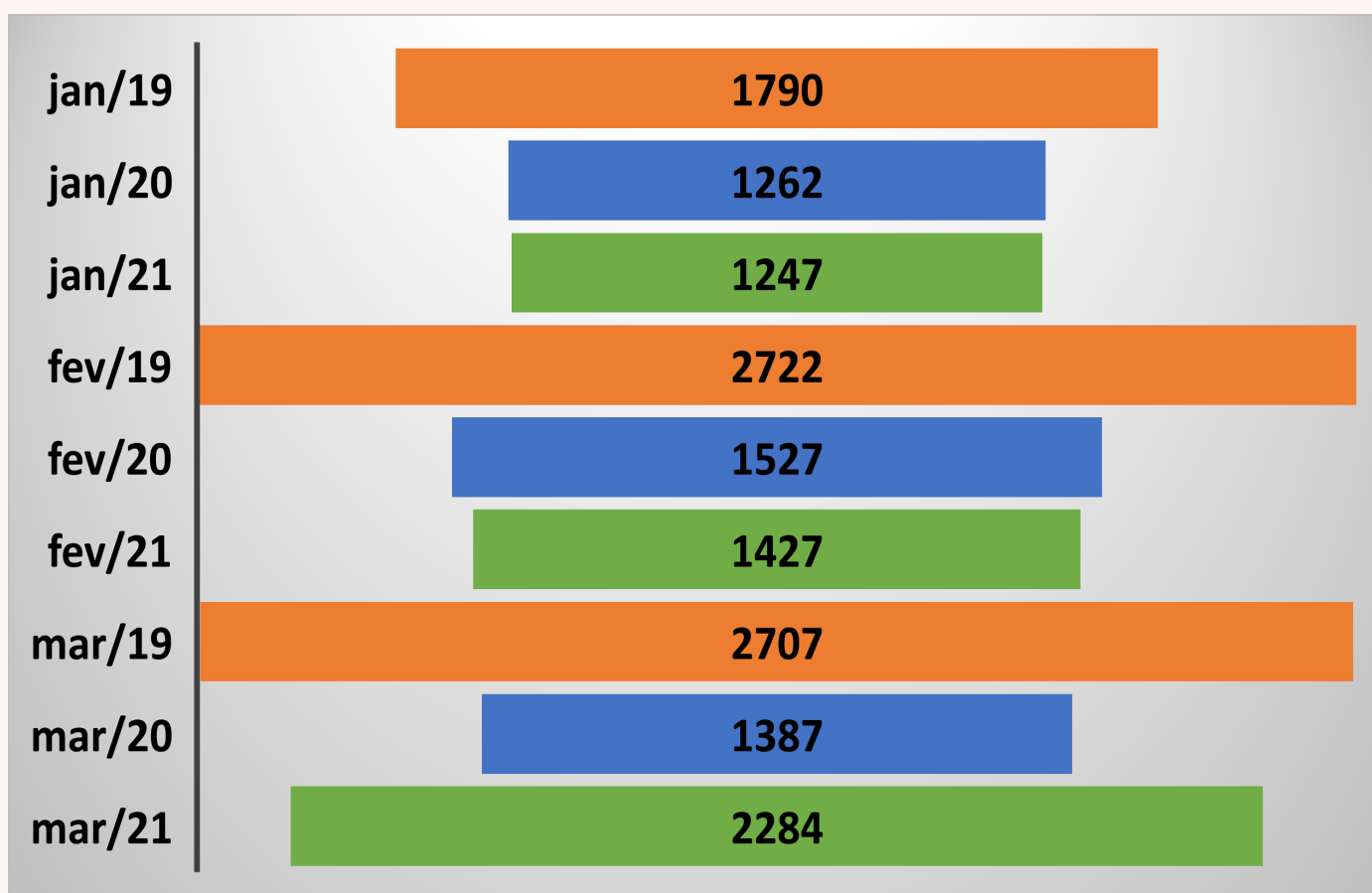
Deficiência”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

[CONSULTA PÚBLICA Nº 19, DE 7 DE ABRIL DE 2021](#) (DOU 08/04/2021 Seção I Pág. 72) - O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de “CIMENTO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL”.



Dados estatísticos de Fiscalização

Número de autos de infração (legislação trabalhista / segurança e saúde no trabalho) lavrados pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos três primeiros meses (jan/fev/mar) nos anos de 2019 à 2021:



Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula